



PRINCIPAIS ASPECTOS A CONSIDERAR PELA GERÊNCIA E PELOS AUDITORES NO FECHO DAS CONTAS DO ANO FINANCEIRO DE 2009

Na Newsletter 01/09, de Março de 2009, a OROC publicou sob o título “ASSUNTOS DE RELEVÂNCIA PARA OS REVISORES/AUDITORES EM TEMPOS DE CRISE FINANCEIRA” os principais tópicos de documentos emitidos pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) e pela Fédération des Experts Comptables Européens (FEE), que tratavam muitas das preocupações relacionadas com a apresentação das contas do ano de 2008, face à crise financeira bem conhecida.

A FEE, relativamente ao fecho das contas do ano financeiro de 2009, acaba de publicar uma “Declaração de Política” em que lembra os principais aspectos nas áreas de relato financeiro e da auditoria que são de particular relevância em face da actual situação financeira mundial, mesmo tendo em conta os sinais que despontam de recuperação económica da crise.

Considera-se de interesse para os revisores dar a conhecer as principais passagens deste documento.

A principal preocupação, face a tudo o que ocorreu nos mercados financeiros e de capitais, é a transparência da informação financeira. Embora esta seja da responsabilidade da gerência, é de realçar o papel significativo dos auditores no aumento da transparência. O auditor tem um papel importante nas comunicações com a gerência e no relato aos órgãos de governação, nomeadamente à Comissão de Auditoria/Órgão de Fiscalização e, dependendo das circunstâncias e da natureza das actividades de uma dada entidade, às entidades de supervisão. A este respeito, é da responsabilidade da Comissão de Auditoria monitorizar a eficácia dos controlos internos e a da gestão do risco. Os auditores precisam de compreender e avaliar a adequação das respostas da gerência às condições do mercado que possam dar origem a riscos novos ou crescentes neste período.

NEWSLETTER



A transparência continua a ser de crucial importância para os investidores. É essencial que sejam feitas pela gerência as divulgações dos riscos e a forma como pretende geri-los.

O documento da FEE chama a atenção para a recente Recomendação da CESR sobre a Aplicação dos Requisitos de Divulgação Relativos a Instrumentos Financeiros nas Demonstrações Financeiras de 2008. Os resultados de um inquérito da CESR sobre 96 instituições financeiras cotadas revelaram que uma proporção significativa de sociedades não cumpriu os requisitos de divulgação obrigatória das IFRS relativos aos instrumentos financeiros, nomeadamente quanto ao uso de técnicas de valorização.

Sem ser exaustivo chama-se a atenção para os aspectos seguintes:

Continuidade

Nas condições correntes do mercado, uma área importante de atenção tanto para a gerência como para os auditores de todas as entidades é a avaliação da incerteza associada ao pressuposto da continuidade da entidade. A maior parte dos referenciais de relato financeiro contém um requisito explícito de a gerência fazer uma avaliação específica da capacidade da entidade prosseguir em continuidade. Por isso, a gerência tem a principal responsabilidade de avaliar se o pressuposto da continuidade é apropriado. A este respeito, o momento da avaliação pela entidade é importante para assegurar que as questões são identificadas o mais cedo possível e devidamente debatidas, também entre a gerência e o auditor. As posições financeiras das empresas e as opiniões dos auditores são aplicáveis num dado momento do tempo e a situação económica geral num dado momento do tempo por si não significa necessariamente que haja uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvida significativa sobre a capacidade da entidade prosseguir em continuidade, e assim justificar que os auditores modifiquem os seus relatórios para chamar a atenção para a continuidade. Nem são extensas divulgações, por elas mesmo, indicativas da existência de uma significativa dúvida sobre a continuidade da empresa. Outros factores

NEWSLETTER



podem tornar-se mais significativos do que antes. A este respeito, a pressão continuada sobre os fluxos de caixa significa que o risco de liquidez é provavelmente material para muitas mais entidades, resultando numa crescente necessidade de as entidades apresentarem divulgações relevantes no tocante ao risco de liquidez e a outros riscos.

Os auditores necessitarão de examinar os processos da gerência subjacentes à preparação de todas as divulgações atrás mencionadas que lhes proporcionam evidência útil sobre a validade dos pressupostos de continuidade. O IAASB já emitiu dois úteis Alertas, intitulados “Desafios na auditoria das estimativas do justo valor no actual ambiente de mercado” e “Considerações de auditoria a respeito da continuidade no actual ambiente económico”. A reflexão sobre aspectos da continuidade no relatório de auditoria continua a ser importante considerar a fim de evitar qualquer reacção exagerada que ponha em causa a tentativa de restaurar a economia.

Fraude

A fraude continua uma questão séria de preocupação no actual ambiente económico frágil e pode ter um impacto mais danoso em negócios voláteis do que em condições económicas normais. Pode haver uma pressão crescente nos negócios para darem uma imagem mais optimista do desempenho da entidade e irem ao encontro de indicadores de desempenho de curto prazo ou cumprirem requisitos de capital. A responsabilidade pela prevenção, desencorajamento e detecção da fraude está não só nos encarregados da governação como na gerência. A fraude pode envolver esquemas sofisticados e cuidadosamente organizados concebidos para a esconder, a deliberada falta no registo de transacções ou falsas declarações intencionais feitas ao auditor. Quando há conluio com a gerência, é mesmo mais difícil de detectar dado que a prova de auditoria está falsificada. Porém, o auditor necessita de abordar todas as declarações da gerência com cepticismo profissional e tratar especificamente este risco em todas as auditorias.

NEWSLETTER



Instrumentos Financeiros

O reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros continuam a ser áreas que necessitam de atenção especial. Especialmente a mensuração e divulgação do justo valor de instrumentos em mercados sem liquidez continua a ser relevante e a orientação emitida pelo IASB e pelo Financial Crisis Advisory Group deve ser altamente útil a este respeito. Deve também ser referido que a avaliação do justo valor exige substancialmente mais julgamento e input de peritos do que a mensuração ao custo amortizado. Os requisitos de imparidade necessitam de ser devidamente aplicados em relação aos “instrumentos disponíveis para venda” e activos mensurados ao custo amortizado. A recomendação do CESR atrás referida indica que 80% das instituições financeiras analisadas tinham em 2008 perdas por imparidade nos instrumentos financeiros.

Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda, a evidência objectiva da imparidade inclui o “significativo ou prolongado” declínio do justo valor do investimento abaixo do seu custo.

Outros aspectos a considerar em relação aos investimentos financeiros podem incluir a aplicação da IAS 39 à reestruturação da dívida e à eficácia dos relacionamentos de cobertura.

Imparidade

A imparidade (e mais particularmente a dos activos não financeiros) continua a ser um ponto de particular atenção nas demonstrações financeiras do final do ano 2009 e na sua auditoria, devido aos ajustamentos negativos que tomem em conta o ambiente económico geral. De forma não surpreendente, as autoridades reguladoras tomaram, e continuam a tomar, um activo papel nos cálculos da imparidade e na sua divulgação. Muitas sociedades entraram em actividades significativas de fusões e aquisições significativas ante da crise começar e em consequência, muitas entidades têm nos seus

NEWSLETTER



balanços quantias significativas de goodwill e outros activos intangíveis relacionados com essas aquisições.

Ao executar testes de imparidade, a gerência necessita de suportar as suas asserções com provas. Em muitos sectores ainda não há uma resposta às circunstâncias pré-criese e em comparação com 2008 existem mais perdas de imparidade que têm de ser reconhecidas por várias entidades em 2009. A gerência e os seus auditores necessitam de avaliar devidamente os riscos e as preocupações relativas à imparidade. Tal envolve não somente a taxa de desconto aplicada mas também os fluxos de caixa usados nas valorizações e a escolha de indicadores de referenciais apropriados. É importante a consistência interna entre os pressupostos e os parâmetros usados nos cálculos da imparidade. Além disso, devem ser proporcionadas as devidas divulgações segundo as IFRS específicas, em particular com respeito aos pressupostos usados e análises de sensibilidade.

Outros Aspectos

Outros aspectos para consideração podem incluir benefícios dos empregados (IFRIC 14), reconhecimento de activos por impostos diferidos, valorização de propriedades de investimento, uso de taxas de desconto apropriadas, contabilização de apoios do governo e divulgações de remunerações.

Alguns dos aspectos referidos nesta declaração de políticas podem também, dependendo das circunstâncias, tipo de negócio e dimensão da respectiva entidade, ser relevantes para entidades que não sejam cotadas ou que sejam pequenas entidades.

NEWSLETTER